

## PARECER JURÍDICO

### 1. EMENTA

**NATUREZA DO PROCEDIMENTO:** Processo Administrativo de Licitação nº 018/2025, na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2025, sob a forma de Sistema de Registro de Preços nº 008/2025.

**ENQUADRAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e decretos municipais correlatos.

**TEMA CENTRAL DA ANÁLISE:** Regularidade formal e material do procedimento licitatório para aquisição de uniformes e acessórios, com foco na conformidade documental e legal, bem como na viabilidade da contratação.

### 2. SÍNTESE DO PROCESSO

O processo administrativo em análise tem como objeto a contratação de um **Sistema de Registro de Preços (SRP)** para futuras e eventuais aquisições de uniformes e acessórios destinados aos servidores administrativos e operacionais do **SAAE de Carmo de Minas**.

A modalidade licitatória escolhida é o **Pregão Eletrônico**, com tipo **"Menor Preço Por Item"** como critério de julgamento.

A condução do certame é realizada por um **Pregoeiro(a)** e sua **Equipe de Apoio/Comissão de Licitação**, conforme **Portaria nº 013/2025**.

**As etapas do processo, conforme o Edital, incluem:**

**Data de Publicação do Pregão  
Eletrônico: 01/01/2026 às 09h00.**

**Início do Recebimento das Propostas e Documentação de Habilitação:** 02/01/2026 às 09h30.

**Final da Apresentação de Proposta e Documentação de Habilitação:** 14/01/2026 às 09h30.

**Início da Disputa:** 14/01/2026 às 10h00, em modo de disputa "**aberto**".

**Local da Sessão Pública:** Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões (BLL), [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**Atos do Pregoeiro/Autoridade:** O Pregoeiro(a) é responsável por acompanhar os trabalhos, responder questões, abrir propostas, analisar aceitabilidade, desclassificar propostas, conduzir lances, verificar habilitação, declarar vencedor, receber e decidir sobre recursos, elaborar atas e encaminhar o processo para homologação e adjudicação.

**O processo conta com os seguintes documentos essenciais para o planejamento da contratação:**

**Documento de Formalização de Demanda (DFD):** Descreve a necessidade de aquisição de uniformes para servidores do SAAE de Carmo de Minas, visando qualidade, segurança e eficiência.

**Estudo Técnico Preliminar (ETP):** Assegura a viabilidade técnica e econômica da contratação, levantando os elementos essenciais para o Termo de Referência.

**TERMO DE REFERÊNCIA (TR):** Traz informação de que a estimativa de custo e a baliza de preços para a aquisição

foram realizadas por meio da consulta a **Atas de Registro de Preços** vigentes e a contratações similares disponíveis no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**. Para cada item, foram coletados no mínimo 3 (três) preços para que fosse calculada a média final dos valores, garantindo assim uma estimativa de custo precisa e em estrita conformidade com a legislação aplicável. Esta metodologia garante a obtenção de valores oficiais e fidedignos, balizando a estimativa de custo de forma transparente e aderente aos preços praticados pela Administração Pública em itens de vestuário profissional, **totalizando o valor de R\$ 108.064,98 (cento e oito mil, sessenta e quatro reais e noventa e oito centavos)**.

**Edital de Licitação:** Contém as regras e condições para a participação no Pregão Eletrônico.

A análise subsequente se baseará nas normas e regras estabelecidas no **Edital, DFD, ETP, TR e EDITAL, do SAAE de Carmo de Minas**.

### **3. ANÁLISE JURÍDICA COMPLETA**

#### **3.1. REGULARIDADE FORMAL DO PROCESSO**

O processo licitatório do SAAE de Carmo de Minas apresenta formalização em conformidade com a legislação, contando com o Documento de **Formalização de Demanda (DFD)** e o **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, ambos detalhando a necessidade e a viabilidade da aquisição de uniformes.

A ordem cronológica das etapas, conforme o **Edital**, está definida, iniciando-se com a publicação e subsequente recebimento e disputa de propostas, com datas e horários especificados.

Os atos de publicação estão previstos para ocorrer na plataforma **Bolsa de Licitações e Leilões (BLL)**.

A existência de parecer técnico e pesquisa de preços é expressamente mencionada no ETP, indicando que a estimativa de custo e a baliza de preços foram realizadas mediante consulta a **Atas de Registro de Preços** vigentes e contratações similares disponíveis no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e na plataforma **BLL**. Foram coletados no mínimo 3 (três) preços distintos para cada item, a fim de calcular a média final dos valores.

A fundamentação da autoridade competente para a demanda e a aprovação do **ETP** está clara nos documentos, com as assinaturas de **Jaxsandro Domiciano (Gerente de Serviços de Água e Esgoto)**, **Bruna Silveira Barbosa (Assistente Administrativo)** e **Kayo Vinicyus de Souza Oliveira (Diretor Executivo)**.

### **3.2. ANÁLISE DAS COTAÇÕES**

Conforme consta do **ETP** e **TR**, indicando que a estimativa de custo e a baliza de preços foram realizadas mediante consulta a **Atas de Registro de Preços** vigentes e contratações similares disponíveis no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e na plataforma **BLL**. Foram coletados no mínimo 3 (três) preços distintos para cada item, a fim de calcular a média final dos valores.

Portanto, a despeito de não ser possível realizar uma comparação direta das cotações, identificar discrepâncias de preços, se pode verificar pelos valores ali constantes, a vantajosidade obtida.

O **Edital de Licitação (SAAE Carmo de Minas)** estabelece as regras para a apresentação e julgamento das propostas.

A licitação adotará o critério de "**Menor Preço Por Item**" e prevê que a aceitabilidade da proposta vencedora estará condicionada à posterior apresentação e aprovação de amostras do produto.

O **Edital** também determina que no preenchimento da proposta eletrônica, as empresas devem obrigatoriamente informar as **especificações** e a **marca do item**, e a ausência dessas informações implicará a desclassificação da empresa.

A vantagem, portanto, seria aferida pela competição dos lances e pela conformidade das amostras com as especificações técnicas.

### **3.3. HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÕES**

O **Edital de Licitação (SAAE Carmo de Minas)** define os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, bem como os requisitos de qualificação técnica.

**Requisitos Jurídicos:** Registro Comercial, Ato Constitutivo, CNPJ, Inscrição Estadual/Municipal, entre outros.

**Requisitos Fiscais, Sociais e Trabalhistas:** Certidões Negativas de Débitos Federais, Dívida Ativa da União, FGTS, Justiça do Trabalho, entre outros.

**Qualificação Econômico-Financeira:** Certidão Negativa de Falência e Concordata. Para propostas 50% abaixo do preço médio de referência, serão solicitados **comprovantes de exequibilidade**.

**Qualificação Técnica:** Atestado(s) de capacidade técnica (mínimo de 40% da quantidade total do objeto) e apresentação de amostras para os itens adjudicados. O prazo para envio das amostras é de 25 (vinte e cinco) dias úteis. A não apresentação ou reprovação das amostras implicará desclassificação.

**Regularidade de ME/EPP:** As microempresas e empresas de pequeno porte devem apresentar toda a documentação, mesmo com restrições, com prazo de 5 dias úteis para regularização após a homologação do certame.

A condução do **Pregoeiro(a)** deve seguir rigorosamente essas diretrizes, e qualquer desvio ou ausência de documentos obrigatórios acarretaria na desclassificação da licitante.

### **3.4. JULGAMENTO E CRITÉRIO**

O critério de julgamento adotado é o de "**Menor Preço Por Item**", conforme expressamente indicado no Edital.

A coerência entre o **Edital** e a condução do **Pregoeiro(a)** é esperada, visto que o **Edital** detalha as atribuições do **Pregoeiro(a)** em cada fase do certame, incluindo a análise de aceitabilidade das propostas, condução dos lances, verificação da habilitação e decisão sobre recursos.

A disputa será no modo "**aberto**", com lances públicos e sucessivos, pelo período de 10 minutos, reiniciando a contagem de 2 minutos a cada novo lance.

### 3.5. POSSÍVEIS ILEGALIDADES OU FALHAS

O Edital estabelece diversas condições que, se não observadas, configurariam falhas e riscos jurídicos para o SAAE:

**Ausência de informações essenciais na proposta:** A não inserção das especificações e da marca do item no campo próprio da proposta eletrônica implicará a desclassificação.

**Inexequibilidade da proposta:** Propostas com valores 50% abaixo do preço médio de referência, se não justificadas com comprovantes de exequibilidade, podem ser consideradas inexequíveis.

**Não atendimento dos requisitos de habilitação:** A falta de quaisquer documentos ou sua apresentação em desacordo com o edital implicará na desclassificação.

**Reprovação ou não apresentação de amostras:** A não apresentação ou a reprovação das amostras dos itens adjudicados levará à desclassificação.

**Não cumprimento dos prazos:** O não cumprimento do prazo de 15 (quinze) dias úteis para retirada e substituição de produtos com defeito ou para envio de amostras, ou do prazo de entrega de 30 (trinta) dias úteis após a AF, pode gerar sanções.

**Qualidade do produto:** Produtos com imperfeições, em desacordo com as especificações, podem levar à rescisão contratual e aplicação de sanções.

**Ausência de Termo de Garantia e Nota Fiscal:** A não apresentação da Nota Fiscal e do Termo de Garantia (mínimo de 12 meses) no ato da entrega constitui falha.

**Descumprimento das normas da ABNT:** Todos os itens devem respeitar as normas da ABNT para sua fabricação. A ausência de laudos técnicos para itens com proteção UV (FPU 50+) é uma falha grave.

Essas falhas podem ser sanáveis (como a regularização fiscal por ME/EPP) ou insanáveis (como a fraude ou o não cumprimento de requisitos essenciais).

A inexecução parcial ou total do contrato, o retardamento da execução ou a apresentação de declaração falsa são infrações administrativas graves.

#### **4. CONCLUSÃO – VIABILIDADE E LEGALIDADE**

**REGULARIDADE/IRREGULARIDADE:** Com base nos documentos fornecidos (**DFD, ETP TR e EDITAL**), o processo administrativo de licitação do SAAE de Carmo de Minas (018/2025) encontra-se formalmente regular em sua fase de planejamento e normatização, seguindo os preceitos da Lei nº 14.133/2021.

**VIABILIDADE E LEGALIDADE:** A continuidade e conclusão do processo são juridicamente viáveis sob o ponto de vista das regras estabelecidas.

O planejamento demonstra preocupação com a segurança dos servidores, padronização, economicidade e atendimento à legislação.



## 5. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS RECOMENDADAS

### **Comprovação de Habilitação:**

Analisar a documentação de habilitação das empresas classificadas, garantindo que todos os requisitos (jurídicos, fiscais, sociais, trabalhistas, econômico-financeiros e técnicos) foram integralmente atendidos no momento oportuno.

**Mitigação de Riscos:** Caso sejam identificadas falhas ou irregularidades nos documentos de resultado, avaliar a gravidade de cada uma e determinar se são sanáveis ou insanáveis, aplicando as medidas corretivas e sanções previstas na **Lei nº 14.133/2021 e no próprio Edital.**

## 6. FUNDAMENTAÇÃO

A análise acima se fundamenta nos seguintes dispositivos legais e nas informações constantes no **DFD, ETP, TR e Edital de Licitação do SAAE de Carmo de Minas:**

**Lei nº 14.133/2021, Art. 18, inciso I:** Define o **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** como o documento que inicia a fase de planejamento de uma contratação, o qual foi devidamente elaborado pelo SAAE de Carmo de Minas.

**Lei nº 14.133/2021, Art. 25:** Estabelece o critério de julgamento. O Edital adota o critério de "**Menor Preço Por Item**".

**Lei nº 14.133/2021, Art. 25:** Define a necessidade de clareza na definição do objeto e a adoção de critérios

objetivos de julgamento. O **ETP e Edital** descrevem o objeto e o critério.

**Lei nº 14.133/2021, Art. 14, inciso V:** Veda a participação de empresas controladoras, controladas ou coligadas entre si, ou que integrem o mesmo grupo econômico, visando assegurar a competitividade do certame e prevenir conflitos de interesse ou formação de cartel.

**Lei nº 14.133/2021, Art. 155:** Define as infrações administrativas. O Edital detalha as condutas que configuram infração e as respectivas sanções.

**Lei nº 14.133/2021, Art. 137 a 139:** Listam os motivos para rescisão contratual. O Edital remete a esses artigos.

**ABNT NBR 15292:** Exigência de conformidade para vestuário de segurança com faixas refletivas.

**Fator de Proteção Ultravioleta (FPU 50+):** Requisito para camisetas térmicas de manga longa, a ser comprovado por laudo técnico.

**Decretos Municipais nº 067, 069 e 070/2024:** Mencionados no **Edital** como regulamentadores do Pregão Eletrônico.

**Condições de Participação (Edital):** A não inserção de especificações e marca na proposta eletrônica implica desclassificação. Propostas 50% abaixo do preço médio exigem justificativa de exequibilidade.

**Habilitação e Qualificação Técnica (Edital):** Atestados de capacidade técnica (mínimo de 40% do objeto) e apresentação de amostras.

**Prazos (Edital):** Prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis para envio das amostras, 30 (trinta) dias úteis para entrega do objeto após a AF, e 15 (quinze) dias corridos para substituição de produtos com defeito.

**Garantia (Edital):** Mínimo de 12 (doze) meses para os produtos.

**Registro de Marca (Edital):** Obrigatório registrar a marca original/fabricante no sistema BLL, não sendo permitido "marca própria" como informação de marca.

**Dotação Orçamentária:** As despesas correrão à conta dos recursos disponibilizados em dotações específicas para Administração Mais Eficiente e Desenvolvimento dos Serviços de Saneamento.

## **7. PARECER COCLUSIVO**

**Em conclusão, o processo administrativo de licitação do SAAE de Carmo de Minas (018/2025), na modalidade Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços, apresenta-se regular em sua fase de planejamento e normatização, com DFD, ETP, TR e Edital devidamente elaborados e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.**

Este parecer é baseado nos documentos fornecidos e na legislação vigente até a presente data. Recomenda-se uma revisão caso haja alterações na legislação ou nos fatos apresentados.

São essas as considerações a serem feitas,  
submetendo o presente parecer à apreciação da  
autoridade competente.

**É O PARECER.**

Carmo de Minas, 11 de dezembro de 2025.

**GABRIEL DELMAR PEREIRA VILLELA**  
**INSCR. OAB MG 68.488**  
**PROCURADOR**